

O capitão cafetão e o bordel cívico-militar em Fortaleza dos anos 1940

The pimp captain and the civic-military brothel in Fortaleza in the 1940s

José Humberto Carneiro Pinheiro Filho
Doutor em História
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
hpf1808@gmail.com

Recebido em: 30/09/2022

Aprovado em: 30/12/2022

Resumo: A cidade de Fortaleza, capital do Ceará, ao longo da sua primeira metade do século XX, viu sua população passar de 48 mil para 180 mil habitantes. E com esse adensamento demográfico, vários discursos e práticas emergiram como cotidiano do poder e de suas resistências sobre a circulação de corpos e suas marcações (e hierarquias) de gênero, de raça, de sexualidade nas disputas na e pela espacialidade urbana, configurando diferentes condições de perceber e sentir aquela expansão populacional. Um dos temas forjados nessas e para essas tensões aparecia nas páginas de jornais, relatórios, despachos, processos como “localização do meretrício”, fazendo também da rotina fortalezense uma querela sobre os limites corporais e espaciais da prostituição. Neste artigo, portanto, discuto os tempos e contra-tempos de um governo urbano feito com confabulações e conchavos pornô-heteronormativos.

Palavras-chave: prostituição; cidade; mulheres

Abstract: The city of Fortaleza, state capital of Ceará, throughout the first half of the 20th century, experienced an increase in population from 48 thousand to 180 thousand inhabitants. And with this increment in demographic density, several discourses and practices emerged as the daily-life manifestations of power and its hinders over the circulation of bodies and their markings (and hierarchies) of gender, race, and sexuality in disputes over and for urban spatiality, configuring different conditions to perceive and feel that population expansion. One of the themes forged within and for these tensions used to appear in the pages of newspapers, reports, dispatches, and in various inquiries, such as in “the location of the prostitution locus”, also raising a routine quarrel over the physical and spatial limits of prostitution within the city. In this article, therefore, I discuss the time settings and the setbacks of an urban government made up of confabulations and pornographic heteronormative conspiracies.

Keywords: prostitution; city; women

Pornografias históricas

Pensar os corpos e os espaços numa história da prostituição não é apenas e necessariamente pensar os corpos de uma mulher e seu cliente numa prática sexual venal num quarto de bordel. Essa própria história, aliás, não deve ser definida exclusivamente como uma experiência de mulheres que negociaram comercialmente o sexo. Tratá-la como uma questão específica e própria da vida de uma mulher é reproduzir, por exemplo, a criminologia de um Cesare Lombroso, que na segunda metade do século XIX estabelecia que a prostituta seria a delinquência direta de uma natureza feminina degenerada, oposta ao que deveria ser a sua condição normal, uma “dona de casa”, fiel cumpridora dos seus papéis de esposa e mãe¹. Embora os efeitos e as figuras da prostituição sejam inscritos (e produzidos) como trajetórias corporais de mulheres, principalmente de mulheres pobres, racializadas e periféricas, as suas configurações históricas devem ser relacionadas com estratégias e movimentos de forças e formações patriarcais e coloniais de tentativas de controles sociais e políticos pelas construções de hierarquias e de exclusões econômicas, de gênero, de raça e de prática sexual. A prostituição é um assunto das histórias do patriarcado, que nas suas formas ocidentais modernas articula-se também com os interesses e lógicas capitalistas, tornando-se, entre os séculos XVIII e XIX, um objeto (e um alibi) de poderes técnicos, científicos e administrativos nas gestões populacionais de áreas em urbanização na Europa e nas Américas, sobretudo nas suas conexões entre o Norte e o Sul de circuitos globais de tráficos sexuais².

Discutir historicamente a prostituição é também considerar diferenças e discontinuidades, é pensá-la não em termos de condições e relações substantivas, invariáveis, restritivas e exclusivas. É considerá-la no plural, como *histórias das prostituições*, nas suas diversidades temporais e espaciais, como

¹ Em 1893, na Itália, o médico e criminologista Cesare Lombroso publica o livro “A mulher delinquente: a prostituta e a mulher normal”, dando sequência aos seus trabalhos na área da “antropologia criminal” e desenvolvendo nesse estudo a sua tese de que a prostituta seria a versão feminina da sua ideia de “criminoso nato”. Em português, entre as traduções já feitas, há a seguinte edição dessa obra: LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. **A mulher delinquente: a prostituta e a mulher normal**. Curitiba: Clube de autores, 2017.

² Sobre questões sexuais, patriarcado e Estado moderno, ver, por exemplo, os trabalhos: FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: editora Elefante, 2017; JABLONKA, Ivan. **Homens justos: do patriarcado às novas masculinidades**. São Paulo: Todavia, 2021; McCLINTOCK, Anne. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: editora da Unicamp, 2010. Sobre as relações entre sexualidade, saberes científicos e administrativos e urbanização das cidades nos séculos XVIII, XIX e XX, ver, entre outros, os estudos: FOUCAULT, Michel. **Sobre a sexualidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021; RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu, 2017; ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição (1840-1890)**. São Paulo: editora Brasiliense, 1988; RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

escrita que implica essas variações de escalas, questionando os pressupostos, conceitos e ações que tentavam inventar a prostituta como uma degeneração, um desvio, um estigma próprios de uma mulher. Uma escrita da história da prostituição que lembra que sexo e dinheiro poderiam e podem ser definidos em tipos de relações sob outros nomes, como casamento e sua família conjugal, cujas representações, por outro lado, não se produziriam com as marcas que estariam na prostituição. A propósito, a antropóloga Dolores Juliano propõe que essas exclusões não teriam a ver “com o que as trabalhadoras sexuais são ou fazem”, sendo mais “um potente elemento de controle para as mulheres que não atuam na indústria do sexo” (JULIANO, 2005). Para Juliano, as posições de mãe e esposa, com suas abnegações e sacrifícios característicos, seriam supostamente compensatórias (e persuasivas, sobretudo ostensivas) se e como contrapartidas de uma possibilidade considerada nesse argumento pior: a prostituta.

A prostituição como contrário e oposto da conjugalidade é o efeito de tecnologias discursivas e não discursivas que formam e atravessam o corpo. É também o funcionamento e a resistência de técnicas corporais que refratam problemas morais, jurídicos e administrativos nos arranjos urbanos de uma cidade. Nessa perspectiva, portanto, a “prostituta” não seria o que haveria de estranho a um *lugar* ou a uma *esposa*, algo externo a ser assim reconhecido e tratado, mas um *álibi* na produção mesma desses termos relacionais. Como em Fortaleza na primeira metade do século XX, a prostituição é um problema de micropolítica³, um pretexto para pensarmos uma produção de corpos e espaços na e para a cidade, desdobrando o que Felix Guattari apontou quando disse que seria estudando essas relações microfísicas “que se poderia esclarecer, sob uma nova luz, pedaços inteiros da micropolítica conjugal e familiar – a relação de dinheiro entre o marido e a mulher, os pais e os filhos, e, mais além, o psicanalista e seu cliente” (GUATTARI, 1985, p.37).

Com as falas e práticas para a prostituição nas primeiras décadas do século XX em Fortaleza, o que se quer pensar é uma configuração urbana funcionando numa espacialização de uma economia dos usos corporais, nas formas das suas projeções e identificações como leis, normas, desvios, principalmente na pressuposição para um recorte como cena municipal do corpo e do espaço da prostituta. Ou seja, um jogo de justaposições e superposições, que aqui se decompõe sob o horizonte

³ Como forma e efeito do funcionamento das “tecnologias modernas do poder”, a micropolítica é uma dimensão descentrada, capilar e positiva do poder, cujo objetivo não seria o “corpo social”, tal como o definiram os juristas, mas o “corpo múltiplo, a população”, emergindo em índices, estatísticas, projeções econômicas, demográficas e biológicas, por exemplo.

não de um corpo próprio de um indivíduo, mas uma corporeidade produzida em múltiplos investimentos de formação, disciplina, controle. O corpo da prostituta, portanto, seria o corpo da cidade da prostituição, ou os corpos como pretextos da cidade, uma cartografia de inscrições burocráticas, científicas, morais, legais, das quais emerge uma malha de movimentos e percepções de corpos, os quais também seriam a burocracia, o saber, o juízo, a norma como corpos inscritos. É essa a hipótese de uma cidade pornotópica⁴ para discutir as composições e contraposições das ordens urbanas em Fortaleza na primeira metade do século XX do ponto de vista das produções e distribuições discursivas e extradiscursivas de corpos e espaços para a “sua” prostituição.

Como se fosse herdeiro desses termos que separam (e rebaixam) corpos, um edital publicado em 1924 pela polícia marítima do Ceará proibiu que Rosita de Albuquerque, Maria Pires Brandão e Raymunda Gonçalves da Silva freqüentassem um trecho da Praia do Peixe, no litoral de Fortaleza, atendendo às reivindicações de “algumas famílias”. Sob pena de prisão, essas três mulheres foram impedidas de circular e tomar banhos de mar pelas tramóias policial e familiar fortalezenses que justificavam essa restrição como uma defesa dos “bons costumes” contra “ameaças obscenas” dessas três pessoas identificadas como “prostitutas”.

Menos de um ano depois dessa interdição, em 5 de agosto de 1925, foi impetrado a favor das três mulheres uma petição de habeas corpus para que elas pudessem circular e frequentar aquela praia. Preparado pelo advogado Virgílio Augusto de Moraes Filho, que relatou que foi procurado por uma das três mulheres, esse pedido questionou o que definiu como “abuso de poder” na medida policial, interpretando que aquele edital considerava uma prostituta como criminosa.⁵ Em 17 de agosto de 1925, esse habeas corpus foi concedido na sentença do juiz C. Livino de Carvalho, da 3ª Vara Criminal de Fortaleza.

⁴ O prefixo “pornô” dessa expressão recupera o sentido de uma tradição de escritos e tratados públicos que se ocupavam da prostituição nas cidades, como indicado no grego antigo *pornographos*, que significava um autor que versa sobre a prostituição. No século XVIII, o escritor francês Restif de La Bretonne escreveu um texto moral sob o título **Le Pornographe** no qual defendia um controle estatal do meretrício e propunha uma nacionalização dos bordéis franceses.

⁵ A prática da prostituição não foi tipificada diretamente na legislação penal brasileira. Para as leis imperiais, ela ficava associada à vadiagem, à mendicância e ao alcoolismo dentro de uma categoria geral de “desordem moral e social”. O código criminal de 1830 fazia uma diferenciação legal entre “mulher honesta” e “prostituta”, mas sem criminalizar diretamente a prostituição. Com a República, o Código Penal de 1890 traz o crime de Lenocínio no artigo 277: “excitar, favorecer ou facilitar a prostituição de alguém para satisfazer desejos desonestos ou paixões lascivas de outrem”. Com a reforma desse código em 1940, o artigo 218 passa a falar sobre “corrupção de menores”, o artigo 227 sobre a indução de alguém para satisfazer a “lascívia de outrem”, relacionado com os artigos 228 sobre a “facilitação da prostituição” e 229 sobre “manter casa de prostituição”. A prostituição foi constituída mais como um problema numa perspectiva da norma, do normal, num cruzamento de diferentes gêneros discursivos, como jurídico, administrativo, médico, religioso.

Uma suposta defesa de uma “ordem moral” da cidade fazia da questão do meretrício, mais especificamente da sua localização urbana, um motivo de gestão e controle das circulações corporais, principalmente das corporeidades femininas e racializadas. Quando Rosita, Maria Pires e Raymunda tiveram seus movimentos e suas presenças restringidas pela força de segurança cearense, havia mais de trinta anos que a chefatura de polícia local tinha feito um censo da população fortalezense. Foi em 1887 quando esse levantamento populacional informou endereço, nome, idade, nacionalidade, estado civil (casado, solteiro ou viúvo), profissão e instrução (se sabia ou não escrever) dos habitantes da capital do Ceará. No formulário usado para a produção desses dados foi definida uma última coluna para “observações”, na qual também, eventualmente, aparecia o nome “meretriz” para identificar alguma mulher, como aconteceu com Francisca Maria da Conceição e Josepha Maria da Assunção, que também foram cadastradas como “sem profissão” e “sem saber ler”. Por esse mapeamento demográfico, soube-se que havia nessa cidade de 17.504 habitantes um total de 389 “meretrizes”, dentro de um universo feminino de 10.024 pessoas. Nesse *recorte* populacional-ocupacional, quase 80% dessas mulheres eram “chefes de domicílio” e perto de 90% não dominavam a leitura.

O corpo que “cai” na cidade

Já na primeira década do século XX, Fortaleza alcançava uma população de 48 mil pessoas, chegando ao final da primeira metade desse período com um índice de quase quatro vezes esse número, atingindo os seus 180 mil indivíduos. Nesses anos, a gestão municipal alterava o desenho do chamado perímetro urbano criando ruas, avenidas, praças, e regulava suas ocupações e construções, tentando padronizar as edificações de residências e prédios comerciais, principalmente na área mais central. Pouco depois da inauguração do Cinema Moderno, em 1920, o imposto predial em Fortaleza era cobrado de 552 imóveis⁶. Também nesse momento já funcionava a Diretoria Geral de Higiene, que ficou responsável pela inspeção sanitária nos espaços fechados e abertos, particulares e públicos de Fortaleza. Por esses controles urbanísticos, como esses imobiliários e sanitários, a cidade se fazia, produzindo suas “regularidades” e “irregularidades”, suas normas e seus desvios, que foram também forjados em discussões e práticas dentro de noções de “moralidade pública”.

⁶ Sobre a cobrança do imposto predial em Fortaleza na primeira década do século XX, ver: ANDRADE, Margarida Julia Farias de. **Fortaleza em perspectiva histórica**: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933). Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-USP, 2012.

Ao longo desses decênios iniciais, intensificou-se um debate nos periódicos por meio de artigos, reportagens, comunicados oficiais e cartas de leitores que falavam sobre a “localização do meretrício” e sua “inconveniência” para as áreas centrais, com suas casas e ruas “comerciais” e “residenciais”⁷. Nesse movimento de textos e notícias, a prostituição era configurada como objeto de urgência municipal, de “questão urbana”, de medidas e objetivos para sua gestão. “Os bordéis no coração da capital” foi o título da carta que um leitor enviou para o jornal *Gazeta de Notícias* em março de 1928. Nela, a autoridade policial era cobrada no seu “dever de moralizar a terra”, pois, segundo o correspondente, o meretrício estava “assentando acampamento vizinho aos templos católicos”⁸, como o caso de um prostíbulo estabelecido “a dois passos da Sé”. Em 12 de janeiro de 1931, o jornal *O Nordeste* trazia uma reclamação de um leitor que dizia que esse “problema”:

...ainda não mereceu vista dos nossos atuais dirigentes. Tanto assim é que, nas principais ruas da nossa capital, estão localizadas diversas “colmeias” cujas abelhas vivem, como é do domínio público, perturbando o sossego das famílias. Para exemplo, podemos citar o seguinte fato a que assistimos nos últimos dias da semana passada, na rua Dr. João Moreira, no trecho compreendido entre as ruas Senador Pompeu e General Sampaio.⁹

Na discussão foucaultiana sobre uma “governamentalidade” moderna, com o sexo (a sexualidade) como um dos eixos centrais dos investimentos dessas formas disciplinares e biopolíticas de poder, a circulação dos corpos e de suas secreções, sobretudo as diretamente relacionadas com a prática sexual, são pontos estratégicos dessa “moderna arte de governar a vida”¹⁰. A prostituição definida como um problema da modernidade urbana, deste modo, com a formação de impasses sobre as suas condições e controle, pode ser entendida como mais uma *face* dos desdobramentos dessa “sexopolítica”¹¹, uma outra formação de sujeitos e objetos desses planos e disputas de poder. Uma

⁷ Sobre mudanças e apropriações materiais e sociais no centro de Fortaleza entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, ver: JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000; PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social 1860-1930**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2014; SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo. **Na senda do moderno: Fortaleza, paisagem e técnica nos anos 40**. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, 2000.

⁸ Jornal *Gazeta de Notícias* – 29 de março de 1928.

⁹ Jornal *O Nordeste* – 12 de janeiro de 1931.

¹⁰ Sobre a noção de “governamentalidade” e da sexualidade como um dispositivo do funcionamento do biopoder, entre outros, ver: FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008; _____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010; _____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Edições Graal, 2009.

¹¹ Sobre essa noção, ver: PRECIADO, Paul Beatriz. **Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

produção de corpos da prostituição (especialmente o da mulher que se prostitui) para essa lógica de governo estaria numa astúcia de um controle não por sentenças condenatórias, mas por distribuições e especulações de desvios. Seus procedimentos materiais e não materiais fazem desses corpos uma questão remissiva, como técnicas de um corpo alusivo.

Ao considerar que o “corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem” (MAUSS, 2003) e arrematar que antes das técnicas de instrumentos “há o conjunto das técnicas do corpo”, Marcel Mauss quer superar a ideia de que só haveria técnica se existissem instrumentos. Mauss quer refletir sobre o corpo como um aparelho dele mesmo, como se ele fosse uma prótese na medida do seu uso, tendo numa espécie de montagem dos seus atos uma adaptação a objetivos físicos, mecânicos, químicos. Longe de ser um dado espontâneo e “natural”, o corpo são suas formações sociais idiossincráticas, uma confluência da sua estrutura orgânica e de significações morais ou intelectuais, um artesanato sociológico. Mauss pontua que um ato de olhar fixamente, por exemplo, pode ser tanto um símbolo de cortesia quanto uma inconveniência, dependendo do lugar e das pessoas envolvidas na sua prática. Nessa análise, esses usos corporais seguem variando por sexo, idade, eficácia, conveniência, com seus fatores físicos, psíquicos e sociais mais como “engrenagens” do que “causas” dessas composições.

Com o caso de Fortaleza na primeira parte do século XX no horizonte, propõe-se agora uma reflexão do problema da prostituição numa modernidade urbana como uma questão de técnicas do corpo, mas numa perspectiva de uma instrumentalização do corpo pelo *desvio*, uma tecnologia de produção de usos corporais classificados como irregulares ou inadequados, porém eficientes do ponto de vista de um rendimento normativo e moral. Se nas técnicas de Marcel Mauss o corpo é o seu próprio instrumento fundamental de uma educação para a precisão social, na cidade pornotópica, o corpo é uma paisagem de iminência por meio da qual se especula e se define os cortes de uma (des)organização urbana, como mecanismos que instruem sua *imprecisão* social.

Pouco acima se citou o problema da fixidez de um olhar na sua relação com o ambiente e a interação em que acontece. Sobre isso, Marcel Mauss exemplifica que no exército a visão fixa em um ponto conota atenção e deferência, mas na “vida corrente” seria uma indelicadeza. A questão, por outro lado, é pensar como a identificação dessa suposta descortesia é o funcionamento eficaz de outras técnicas de formação corporal, na qual o suposto “erro” é a projeção do funcionamento de discursos e práticas. Nas técnicas corporais da cidade pornotópica, os signos, os gestos do corpo são pensados

entre diferentes apropriações discursivas e práticas. Um olhar fixo fora do quartel, o de uma mulher da janela de uma casa para um homem que passa na rua, por exemplo, não seria uma questão de deselegância ou equívoco no uso conveniente do corpo, numa relação de técnicas corporais e seu lugar de prática. Pois não há técnicas fora de lugar. Pensar a cidade pornotópica é discutir a produção dos lugares na produção dos corpos, inclusive como uma suposta anormalidade técnica. Por isso um olhar fixo na rua pode ser objeto de um trabalho e de uma suspeita, e os dois a um só tempo.

Aliás, houve na história da prostituição urbana toda uma disputa pela melhor janela, na qual uma tentativa de equilíbrio entre uma sugestão sexual e uma dissimulação pudica poderia ser tentada¹². Talvez à revelia, foi isso o que a baronesinha de Grangerie confirmou ao relatar sobressaltada para sua amiga seu infortúnio por brincar de emular “uma dessas garotas desavergonhadas”, que, como ela, também estava à janela. Ao observá-la “debruçada sobre os cotovelos” e espreitando os homens que passavam, a baronesinha se divertia com as trocas de olhares e acompanhava depois a entrada de um deles no apartamento, no qual permanecia de “doze a vinte minutos”. Curiosa, se perguntava “como ela consegue se fazer compreender tão bem”, “será que acrescenta ao olhar um sinal com a cabeça ou um movimento de mão”, e, pegando seu binóculo de teatro, tentava “conhecer seu procedimento”. Logo depois, como uma alegada brincadeira, decidiu fazer o mesmo, o que acabou saindo do seu controle, sendo inútil dizer ao homem que foi ao seu encontro que ele se enganara, que ela era “uma mulher direita, uma mulher casada”¹³. Ou, no caso de um conto de Lima Barreto, por estarem duas mulheres conversando à janela de uma “casa suspeita”, os passageiros dos bondes elétricos que passavam bem em frente delas e que as olhavam “com olhares cheios de desejos”¹⁴ não poderiam imaginar que seus pensamentos e suas falas não traziam nem tangenciavam temas “suspeitos”.

Seria preciso moralizar as posturas (e seus sinais) corporais nos fluxos da cidade, inclusive naqueles movimentos e passagens que marcariam as diferenças entre o que deveria ser “íntimo” e o que deveria ser “público”. A imagem urbana inscrevia-se como relações de corpos e espaços definidos como opostos, como contrários irreduzíveis. A “casa de família” não seria a “casa da prostituição”, o lar não seria o cabaré, o comércio de bens e serviços, inclusive de serviços também realizados com o

¹² PERLONGHER, Néstor Osvaldo. **O negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo. São Paulo: editora Brasiliense, 1987.

¹³ MAUPASSANT, Guy de. **125 contos de Guy de Maupassant**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

¹⁴ MORAES, Eliane Robert (org). **O corpo descoberto**: contos eróticos brasileiros (1852 – 1922). Recife: Cepe, 2018. p. 318.

corpo, não seria o chamado “comércio do sexo”, o “quartirão de família” não deveria ser o “quartirão de prostitutas”. Em 1930, um leitor do jornal *Gazeta de Notícias* participava desse debate sobre o endereço da prostituição: “localizar o meretrício de Fortaleza: onde? No Alagadiço? No Outeiro? No Pirambú? No Mucuripe?”¹⁵ Depois de considerar que “as mulheres livres têm de viver dentro da cidade”, ele separava os bordéis que poderiam permanecer dos que “devem ser mudados por escandalizarem as famílias”. Pondera que aqueles que estavam próximos de estabelecimentos comerciais não teriam problemas para o seu funcionamento já que sua atividade seria noturna, quando aqueles estariam fechados.

Posições a favor e contra a esse tipo de ideia seguiram nas páginas da imprensa. Numa nota para a chefia da polícia em 1936, moradores da praça Castro Carreira, rua da Misericórdia e rua Senador Pompeu, no centro de Fortaleza, reclamavam do funcionamento de uma “casa de samba” onde se localizava também uma “residência de mulheres alegres”¹⁶ e pediam que a autoridade policial limitasse os “sambistas” até dez horas da noite, garantindo que as *famílias* não fossem “privadas do sono doce e reparador”.

Uma gestão pornô-hetero-municipal

O projeto cívico-militar que foi a construção de um endereço para onde deveria ser deslocado o circuito do meretrício de Fortaleza no final dos anos 1930, no desdobramento de debates e ações que marcaram as concepções e práticas dessa questão na cidade nessas primeiras décadas do século, estaria no bojo de uma estratégia de estabilização corporal e espacial da prostituição. Para essa profilaxia topográfica¹⁷, uma espécie de parceria público-privada tomaria forma na soma das iniciativas desse empreendimento. Um complexo urbanístico-arquitetônico-financeiro-militar-pornográfico, do qual fizeram parte a iniciativa de particulares, a prefeitura, órgãos de saúde pública, a polícia, o exército. Um “campo de concentração” para dar à cidade o seu preservativo estatal¹⁸, sua outra forma de

¹⁵ Jornal *Gazeta de Notícias* – 17 de abril de 1930.

¹⁶ “Residências de mulheres alegres” também eram referidas como “casas suspeitas”, expressão esta usada, por exemplo, por Blanchard Girão ao comentar uma reportagem policial dos anos 1930 em Fortaleza. GIRÃO, Blanchard. **O Liceu e o Bonde na paisagem sentimental da Fortaleza-Província (memórias)**. Fortaleza: Editora ABC, 1997.

¹⁷ Para essa discussão, considera-se a noção de “urbanismo terapêutico” que Michel Foucault discute na sua análise sobre uma espacialização do poder psiquiátrico além do ambiente hospitalar e também a definição desse mesmo autor sobre a “cidade operária” oitocentista europeia, que teria na sua disposição espacial uma forma de controle legal e normativo. Sobre isso, ver: FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico**. São Paulo: Martins Fontes; _____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

¹⁸ Ao comentar o projeto de estatização dos bordéis franceses no século XVIII feito pelo escritor Restif de La Bretonne, Paul Beatriz Preciado sintetiza essa proposta na imagem de uma cidade sendo coberta por um preservativo.

controlar (pela produção, reprodução e distribuição) seus corpos, dentro de diferenciações sexuais, raciais, sociais.

Essa ideia de uma “gestão de espaços de prostituição” veio em variações da incorporação desse tema pelos discursos médicos e legais desde o século XIX na Europa e na América, seguindo no século XX em experiências como a da ilha de Porto Rico, que fez da segregação sexual dos espaços também uma lógica de separação racial, configurando o lugar legítimo da reprodução (a casa da família branca) e o lugar da prostituição, onde estariam (deveriam estar) os corpos de “mulheres pobres não brancas”¹⁹. Nessas primeiras décadas do século XX, aliás, houve um intenso movimento de uma medicina marcadamente eugenista que, com suas pesquisas e prescrições sobre morfologia corporal e sexualidade, participava dos debates e intervenções mais amplos sobre as relações entre conduta sexual, degenerescências moral e fisiológica e nacionalidade, implicando a “geração de uma boa prole” nacional no controle sexual da raça e racial do sexo (FREITAS, 2012). Eventos como a III Semana da Saúde e da Raça, em 1944, eram ocasiões de divulgação desses tipos de tese, quando também se falava, como no caso desse congresso, dos problemas no uso de maquiagens pelas mulheres, porque esse recurso estético foi associado à promiscuidade feminina, um “artifício usado por prostitutas”.

A chamada Vila Gonçalves, o condomínio-prostíbulo de Fortaleza, cujo consórcio estatal e privado foi estimulado pelo Capitão Cordeiro Neto, seria essa perspectiva de diferenciação em termos de sexualidade e de racialização de corpos e espaços, além de uma equação para o acúmulo pecuniário direta e indiretamente desses investimentos oficiais e não oficiais, também acumulando controle pelo seu provável endividamento. Segundo o delegado Hugo Víctor, com a construção de mais cinquenta e cinco casas nessa Vila, o objetivo era deslocar “mais cerca de quinhentas e seiscentas mulheres” que se localizavam no centro da cidade²⁰. Com essas medidas e com a construção pela polícia do seu “muro que veda a vista do pessoal de fora”, esse mecanismo poderia impedir também *confusões* corporais e espaciais na cidade, tanto por causa de olhares quanto de ruas e janelas. Diferenças de usos sexuais de corpos e espaços da cidade seriam produzidas nessas diferenciações corporal e espacial da pornotopia urbana, com aspectos do seu funcionamento na configuração de um corpo sugestivo, como ameaça

¹⁹ Sobre o controle sexual e racial dos espaços em Porto Rico, ver: LAZO, Nieve de los Ángeles Vazquez. **Meretrices: la prostitución en Puerto Rico de 1876 a 1917**. Hato Rey: Publicaciones Puertorriqueñas, 2008; PRECIADO, Paul Beatriz. **Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

²⁰ **Jornal Gazeta de Notícias**, 11 de maio de 1938.

normativa e legal, pois, ao “retirar” as prostitutas do centro, elas “continuariam” lá como interdição, infração, desvio, ou seja, como signos e materiais da ordem e dos bons costumes.

Para além de um tema moral e religioso, analisar a questão da prostituição na cidade urbana desde o século XIX é discutir as relações de uma burocracia de governo com domínios narrativos, técnicos e científicos, entre as quais tomaria forma esse objeto (e seus sujeitos), como uma articulação de enunciados e materiais, uma estratificação para definir o “dentro” e o “fora” desse problema. Nessa perspectiva, o encontro com uma prostituta não seria uma exclusiva experiência de sensações sexuais, um acesso a um mundo à parte, como um *outro* absoluto e não remissivo. A prostituição não seria uma exterioridade dada e anterior àquelas esferas discursivas e não discursivas, mas uma configuração de uma *cafetinagem*²¹ jornalística, jurídica, policial, médica, empresarial, eclesiástica. Uma *cafetinagem* cujos rendimentos vêm também como contrapartidas nas formas de textos, leis, normas, instituições, pontos de vista, percepções, subjetivações.

Nos seus **Ensaio de Pathologia Social**, entre as abordagens sobre “vagabundagem e alcoolismo”, o jurista Evaristo de Moraes definiu uma parte dessa obra para falar da prostituição, das ideias de regulamentação, enclausuramento, criminologia, tráfico internacional relacionadas a ela. Esse estudo funcionou como um dos elementos dessa rede de discursos e práticas que forjam o problema da prostituição, figurando suas referências e correspondências físicas e simbólicas, e se autfigurando como registro da sua especialidade. Um dos seus pontos de comentário é sobre a chamada “polícia dos costumes ou regulamentação policial da prostituição”, com o propósito de saber se nos conviria “a introdução do presumido regimen moralizador e prophylatico”. Publicando essa obra no início do século XX, Evaristo de Moraes lembra o que chamou de ilusão com que voltou de uma visita à Buenos Ayres o então presidente Campos Salles ao conhecer uma área de meretrício “sob protecção ou commandita da Polícia”. Para a sua crítica a uma disposição governamental de regulamentar e organizar a prostituição, informa que o então modelo regulamentário policial é de origem francesa e teve bem no início do século XIX, estabelecido por Napoleão Bonaparte, “os alicerces da chamada policia, ou

²¹ Usa-se o termo “cafetinagem” como um jogo metafórico para esse outro termo presente no vocabulário da prostituição que é “agenciamento”, que aqui também informa o conceito de Gilles Deleuze com sua definição de uma articulação de enunciados e materiais, corporais e incorpórais, que “estratifica”, que forma “cortes”, configurando o “dentro” e o “fora”, o “conteúdo” e a “expressão” de discursos e domínios “territorializados” e “desterritorializados”, num “agenciamento maquínico de corpos” e “agenciamento coletivo de enunciação”. Sobre isso, ver: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2010; DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka: por uma literatura menor**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

serviço, dos costumes, prescrevendo o exame obrigatório das prostitutas” a partir do controle de um registro.

As hostes do sexo

A prostituição como orgânica daquilo que a diz e a faz como imprópria tem no romance **Pantaleão e as visitadoras**, de Mario Vargas Llosa, uma representação pertinente. Da mesma forma que o capitão Cordeiro Neto em Fortaleza, o também capitão Pantaleão Pantoja na ficção de Vargas Llosa assume a missão do proxenetismo militar. Ao organizar o chamado “serviço de visitadoras” como setor e operação do exército peruano, Pantoja deixa mais institucional e próprio o que deveria parecer diferente e oposto, como se um prostíbulo pudesse não ser exatamente um lugar de luxúria, de aventuras, de indecências, de perdição, mas de disciplina, juramento, ordem, dever, patriotismo. Como se a prostituição fosse outra maneira de demonstrar amor à pátria, inclusive com seu hino específico: “servir, servir, servir/ O Exército da Nação/ Servir, servir, servir/ Com muita dedicação” (VARGAS LLOSA, 2007). Como é típico do gênero, esse canto oficial das visitadoras louva a determinação (“Por isso vamos contentes e alegres/ Nos comboios do nosso Serviço”), a bravura (“Cruzamos selvas, rios e vales/ Nem do jaguar, nem do puma nem da onça/ Temos o menor temor/ Porque nos sobra patriotismo/ Fazemos gostoso amor”), a resignação (“E agora, quietinhas, visitadoras/ Vamos partir e trabalhar”). O capitão Pantoja teria levado às últimas consequências as relações entre o Estado e o bordel, tornando explícitas, diretas, óbvias essas correspondências que já existiriam sob a condição de *não existirem*, de serem Estado e bordel dimensões separadas e irreconciliáveis.

O Estado estava no bordel (e o bordel no Estado) como fator estratégico na produção da prostituição pelo controle de seus corpos também como uma espécie de itinerário carcerário-pornô. Essa hipótese de uma trajetória entre a prisão e o meretrício é considerada a partir da atuação policial em Fortaleza nas primeiras décadas do século XX, com prováveis e eventuais detenções de mulheres já registradas ou identificadas pela polícia como prostitutas, autuando-as por “desordem” e “ofensa à moral” e punindo-as com a chamada “prisão correccional”, da qual seriam liberadas após vinte e quatro horas. Os corpos dessas mulheres eram um intercâmbio desses registros estatais, os de “prostituta”, de “infratora”, de “presa”, inscrições que mutuamente se incluíam, inclusive sendo *uma* a potencialidade da *outra*. Ao tornar explícita e concentrada a militarização do meretrício, o capitão

Pantoja resumiu essa divisão institucional, normativa, espacial do controle do corpo num só lugar: o exército.

Se no esforço missionário de Pantaleão o exército ofereceria dentro dele mesmo o serviço e o consumo do sexo das visitadoras, com as prerrogativas militares na aplicação de penas, multas e outras medidas administrativas, em Fortaleza dos anos 1940, esse circuito ficava dividido e negociado entre interesses privados e estatais, dos quais faziam parte as forças públicas de segurança. As relações entre prostituição, disputa e controle territoriais e instituições e condições empresariais e bélicas, aliás, não são fortuitas, não são contingentes, incidentais, inclusive quando essas conexões não fizerem parte de um projeto ou acordo interinstitucional ou mesmo intrainstitucional. Ou seja: a produção da prostituição foi também um escopo de práticas coloniais e neocoloniais de governos e mercados, com suas lógicas patriarcais, seja em Porto Rico, no final do século XIX, em Fortaleza do capitão Cordeiro Neto, na metade do XX, ou na América portuguesa dos séculos XVI e XVII, quando o meretrício também seria um dos principais meios de “proteger as donzelas de família, as esposas e as religiosas contra os desejos masculinos” (VAINFAS, 1989, p.62). *Flutuando* entre uma chancela oficial maior ou menor, ou mesmo entre leis e posturas mais ou menos restritivas, a prostituição tinha nessa sua suposta “ambiguidade” normativa e jurídica e na ausência de direitos uma condição do funcionamento dessas forças econômicas, políticas, morais, com seus usos, apropriações e acúmulos institucionais ou não, tanto em regimes imperiais, absolutistas e totalitários quanto em condições formalmente republicanas e democráticas.

Essa percepção não deixou de acontecer numa conversa entre duas prostitutas no filme **Gate of flesh** (Portal da carne), de 1964, do diretor japonês Seijun Suzuki. Quando uma interroga a outra sobre se ela “acha que democracia significa dormir com soldados”, insinua-se a crítica à ocupação militar americana no Japão do pós-guerra e sua promessa de “liberdade”. Nesse filme, a relação entre prostituição e guerra é encenada numa Tóquio em ruínas em 1945, onde um grupo de mulheres ocupa um desses prédios destruídos e faz dele um refúgio coletivo, estabelecendo regras rigorosas para o comércio sexual com os milicos estrangeiros, tentando assim organizar limites para os abusos dos militares. Ditas por elas mesmas, frases como “faça de graça e você é apenas uma vagabunda” e “uma prostituta não deve bancar uma dona de casa” são imagens desses códigos que puniam quem se entregasse por prazer ou amor, pois “vender o seu corpo é um negócio”. Não obstante essa resistência

quase *corporativa*, esse era um “negócio” muito menos *delas* que de outros domínios e sujeitos, seja na “paz” ou na “guerra”.

Referências bibliográficas

- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka: por uma literatura menor**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição (1840-1890)**. São Paulo: editora Brasiliense, 1988.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: editora Elefante, 2017.
- FOUCAULT, Michel. **Sobre a sexualidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Edições Graal, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREITAS, Idalina Maria Almeida de. **A moral dos corpos: desejos, dispositivos e subjetividades em Fortaleza (1910-1950)**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. (Tese de doutorado). 2012.
- GUATTARI, Felix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: editora Brasiliense, 1985.
- JABLONKA, Ivan. **Homens justos: do patriarcado às novas masculinidades**. São Paulo: Todavia, 2021.
- JULIANO, Dolores. **El trabajo sexual en la mira: polémicas y estereotipos**. Cadernos Pagu. Julho-dezembro de 2005.
- KAFKA, Franz. **Essencial Franz Kafka**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. **A mulher delinquente: a prostituta e a mulher normal**. Curitiba: Clube de autores, 2017.
- MAUPASSANT, Guy de. **125 contos de Guy de Maupassant**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- McCLINTOCK, Anne. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: editora da Unicamp, 2010.
- MORAES, Eliane Robert (org). **O corpo descoberto: contos eróticos brasileiros (1852 – 1922)**. Recife: Cepe, 2018.
- PERLONGHER, Néstor Osvaldo. **O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: editora Brasiliense, 1987.
- PRECIADO, Paul Beatriz. **Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu, 2017.
- VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- VARGAS LLOSA, Mario. **Pantaleão e as visitadoras**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.